



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 10 / 03 / 2020

Conceição de Maria Lopes Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

TERESA BRITO  
para relatar.

Em 11 / 03 / 20

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

**Assunto:** Projeto de Decreto Legislativo nº 63/2019

**Autor:** Dep. Gessivaldo Isaías

**Ementa:** Dispõe sobre a concessão do Título de Cidadania Piauiense ao Sr. Silvanio Monteiro Sobral.

**Relatora:** Dep. Teresa Britto

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Gessivaldo Isaías que concede Título de Cidadão Honorário Piauiense ao Sr. Silvanio Monteiro Sobral.

Em justificativa o nobre Deputado solicitou que o homenageado seja reconhecido pelo trabalho prestado, pela dedicação e preocupação com o povo do Piauí. É, em síntese, o relatório.

**II – VOTO DO(A) RELATOR(A)**

Conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (art. 34, I, a), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) compete pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia.

A prestação de homenagens e concessão de honrarias é prática corrente, justamente com o intuito de prestigiar pessoas que por sua atividade tenham contribuído de algum modo para o desenvolvimento estadual ou para o bem-estar coletivo.

No que se refere ao objeto da presente proposição, o Regimento Interno desta Casa Legislativa, no artigo 27, V, g, prevê, *in verbis*:

**Art. 27.** São atribuições do Plenário as constantes dos arts. 61 e 62 da Constituição Estadual ou as decorrentes de sua natureza, dentre outras:

(...)

V – expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

(...)

g) atribuição de título de cidadão honorário a pessoa que, reconhecidamente, tenha prestado relevantes serviços à comunidade piauiense, será por meio de voto secreto, aprovado



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

em única votação por maioria absoluta dos deputados presentes em plenário.

Dessa forma, a via adotada - Decreto Legislativo - se mostra adequada, cumprindo, portanto, o requisito formal para tal medida.

Observa-se que a proposição está redigida com clareza, em termos objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, subscrita por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo em conformidade com o artigo 96, inciso I, alínea “e” e §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 106, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Diante do exposto, concluímos que a proposição em tela, Projeto de Decreto Legislativo nº 63/2019, não possui qualquer vício que possa impedir o seu regular prosseguimento, cabendo ao Plenário desta Casa se manifestar sobre o mérito da matéria.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

**III – PARECER DA COMISSÃO**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( ☒ )

Pela rejeição ( ☐ )

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,  
Teresina, 19 de agosto de 2020.

**Dep. Teresa Britto**  
**Relatora**

